

Na França, há otimismo e cautela diante de reformas

ANY BOURRIER

PARIS — Apesar das negociações com o Clube de Paris estarem em compasso de espera, já é possível verificar algumas mudanças na posição dos banqueiros franceses em relação ao Brasil. As notícias referentes ao novo plano de saneamento econômico, embora não provocassem reações entusiásticas, foram analisadas em Paris com satisfação e otimismo. "O Brasil ultrapassou a primeira etapa de uma situação crítica", comentou fonte bancária, para a qual, "embora não contenha nenhuma surpresa, o novo plano dá esperanças aos credores".

Os banqueiros esperam, agora, que recomece o reembolso das dívidas junto ao Clube de Paris. "Mas precisamos aguardar algumas semanas, para ver como as novas medidas serão aplicadas. Os credores, de modo geral, julgam que "o pior já passou e a questão da dívida brasileira deverá seguir a ordem normal das negociações daqui para diante".

Além da maior flexibilidade dos banqueiros, nota-se, também, algumas modificações de enfoque do problema da dívida externa por parte do

Clube de Paris que, ontem, começou a aplicar as decisões da cúpula de Veneza, aumentando o prazo de reembolso dos débitos de Moçambique para 20 anos.

Trata-se de um fato inédito na história do Clube de Paris que, até então, não autorizava prazos maiores que dez anos para o reescalonamento das dívidas públicas: é a primeira vez que o clube abre mão da tradicional exigência de um crédito **stand by** do FMI para o devedor.

O Clube de Paris está pondo em prática, assim, a sugestão do Governo francês — feita durante a reunião do Comitê do FMI em abril passado, segundo a qual "os países que se esforcem para sanear suas economias com seriedade têm direito a melhores condições de reescalonamento".

Dentro de um mês, quando os emissários do Ministério da Fazenda e do Banco Central voltarem à França para novo encontro com o Clube de Paris, encontrarão interlocutores mais flexíveis e um precedente: a boa vontade dos países credores para diminuir o peso do endividamento, aumentando o prazo do reescalonamento para 20 anos.